

## RESENHA

Suzana Trevisan  
[suzana.trevisan@gmail.com](mailto:suzana.trevisan@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-8422-5909>  
Universidade La Salle, Canoas, RS,  
Brasil

### NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos:** por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

Escrito por uma das mais proeminentes pensadoras americanas (conforme Marilyn Cooper, da revista *Moment*), *Sem Fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*<sup>1</sup> é um livro (ou manifesto, como a própria autora o classifica) que procura (re)afirmar o papel fundamental das humanidades e da arte para a construção de uma coletividade cujos membros respeitam e valorizam a diversidade e a democracia. Martha Nussbaum é filósofa estadunidense, nascida em 1947, e tem como principais influências teóricas Rousseau, Dewey, Sen, Freud e Winnicott. Além de escritora (sendo autora de mais de duas dezenas de livros), foi professora em renomadas universidades de seu país: Harvard, Brown e Chicago. A obra em questão data de 2010 (editorada pela *Princeton University Press*), mas foi traduzida ao português em 2015, por Fernando Santos, e editorada pela WMF Martins Fontes. O livro ampliou as ideias desenvolvidas pelo artigo “Educação para o lucro, Educação para a Liberdade”, publicado pela autora em 2009 e apresentado na Universidade de Jerusalém<sup>2</sup>. A obra tem 144 páginas e é dividida em 7 capítulos, além da apresentação à edição brasileira (de autoria de Alcir Pécora), o prefácio (de Ruth O’Brien) e os agradecimentos.

No primeiro capítulo (intitulado *A crise silenciosa*), Nussbaum apresenta o cenário que provoca uma séria crise mundial na educação: preocupados massivamente com o desenvolvimento da economia, os países estão descartando a formação em competências cruciais para a manutenção da democracia. Para Nussbaum, tais competências podem ser descritas como

[...] a capacidade de pensar criticamente; a capacidade de transcender os compromissos locais e abordar as questões mundiais como um “cidadão do mundo”; e [...] a capacidade de imaginar, com simpatia, a situação difícil em que o outro se encontra (NUSSBAUM, 2015, p. 8).

Entendendo o investimento como gasto desnecessário, os sistemas de ensino excluem o ensino das artes e das humanidades. A autora alerta:

O incentivo ao lucro sugere a muitos líderes ansiosos que a ciência e a tecnologia têm uma importância decisiva para o futuro bem-estar de seus países. Não devemos ser contra a ciência de qualidade e a educação técnica, e não estou sugerindo que os países devam parar de tentar progredir nessa área. Minha preocupação é que outras competências, igualmente decisivas, correm o risco de se perder no alvoroço competitivo; competências decisivas para o bem-estar interno de qualquer democracia e para a criação de uma cultura mundial generosa, capaz de tratar de maneira construtiva, dos problemas mais prementes do mundo (NUSSBAUM, 2015, p. 8).

Além de defender a ideia de que a educação não aconteça exclusivamente na escola (entendendo ser uma responsabilidade a ser compartilhada com a família), Nussbaum defende que ela prepare as pessoas para o trabalho, mas que garanta e colabore para a construção de uma vida com sentido. Além disso, é fundamental que o acesso à educação de qualidade seja garantido a todas as pessoas (e não apenas às elites abastadas).

O texto segue com o capítulo Educação para o lucro, educação para a democracia. Nele, é proposta a seguinte reflexão: para um país, o que significa progredir? A filósofa esclarece que, há décadas, muitos economistas de diferentes países têm considerado o progresso como sinônimo de crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita. Nessa concepção, elementos fundamentais para a democracia são ignorados, como a igualdade distributiva e social, a qualidade das relações raciais e de gênero e a qualidade de vida, por exemplo. Para ilustrar que não existe correlação necessária entre o aumento do PIB e liberdade política, saúde e educação, Nussbaum destaca o caso da África do Sul que, durante o *Apartheid*, esteve no topo dos índices de desenvolvimento (mesmo com a terrível e lamentável exclusão, com a violência contra o povo negro, com a inacreditável desigualdade na distribuição de renda ou com as deficiências nos sistemas de saúde e de educação).

Neste mesmo paradigma, não há necessidade (e nem é interessante para os que fazem parte da elite) da oferta de educação de qualidade para todos. Nas palavras da autora:

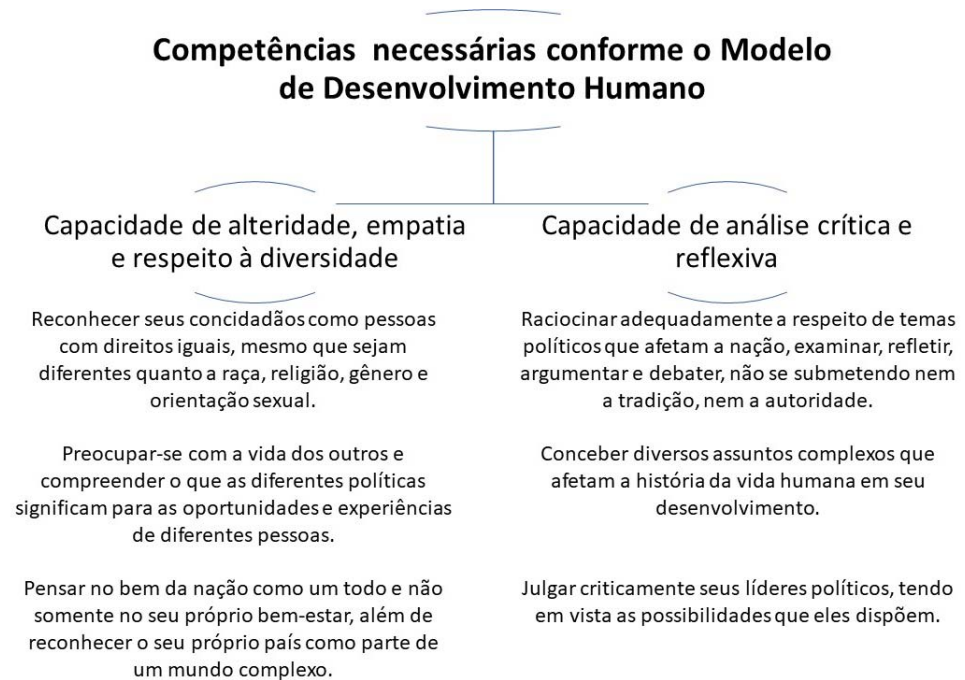
Se o que se deseja é um conjunto de trabalhadores obedientes tecnicamente treinados para executar os projetos de elites que visam um investimento externo e o desenvolvimento tecnológico, a liberdade de pensamento dos alunos é perigosa (NUSSBAUM, 2015, p. 21).

Como resposta, a autora propõe o Paradigma do Desenvolvimento Humano. Tal modelo reconhece que todas as pessoas possuem uma dignidade humana inalienável e que as leis, bem como as instituições, devem respeitá-la. Por isso, o importante é garantir oportunidades em setores-chave, como a vida, a saúde, a educação, a integridade física, além da liberdade e da participação política. É claro que esse paradigma está intimamente comprometido com a democracia, já que o poder de opinar sobre as políticas que governam também a sua própria vida é fato essencial para uma vida com dignidade humana. Ressalto o fato de que esta proposta tem forte vínculo com a Teoria das Capacidades (*Capability Approach*), desenvolvida por Nussbaum na obra *Fronteiras da Justiça*, de 2006.

Depois de fazer uma relevante análise sobre o paradigma precedente e o proposto, a autora questiona-se: “se o país quiser favorecer esse tipo de

democracia humana e sensível ao povo, [...] que competências ele precisará gerar em seus cidadãos?” (NUSSBAUM, 2015, p. 25-26). As sugestões, dadas como decisivas na ótica de Martha Nussbaum, podem ser agrupadas, na minha avaliação, em dois grupos. A imagem abaixo ilustra a tentativa de aproximação das competências propostas na obra:

**Figura 1** - Competências necessárias conforme o Modelo de Desenvolvimento Humano



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Para que a autora possa prosseguir no sentido de prescrever o que as escolas podem e devem fazer para criar cidadãos em e para uma democracia saudável, o terceiro capítulo elucida os problemas que se colocam na transformação dos alunos em cidadãos responsáveis. Nussbaum, então, busca explicar ao leitor (a partir da psicanálise) a jornada do bebê humano para superar o sentimento egoísta e passar a ter interesse compassivo, entendendo que as demais pessoas têm os mesmos direitos do que ele. Além disso, a autora também discute sobre o papel da autoridade e da pressão do grupo (a partir de explicações clássicas da psicologia comportamental, com os experimentos de Milgram e Asch, por exemplo). No final dessa seção, ela responde ao questionamento sobre o que as escolas podem e devem fazer, definindo 7 objetivos, além de chamar a atenção para o fato de que é necessário estarmos sempre atentos às circunstâncias sociais e locais para podermos implementá-los. Essas “lições” estão relacionadas às capacidades anteriormente citadas e são mais bem exploradas nos capítulos 4, 5 e 6 do livro.

Nussbaum segue, então, defendendo a proposta de uma pedagogia socrática e explica ao leitor a importância da argumentação. Além desse, a cientista explora também outros elementos socráticos como o autoexame e/ou autorreflexão. Ela destaca que a capacidade de pensar e argumentar por si próprio seja valiosa para a democracia e, por isso mesmo, está sob ameaça. Se a sociedade se preocupa com o crescimento econômico, estimular e “gastar tempo (e

dinheiro)” com isso torna-se dispensável. Essa mesma cultura valoriza os testes padronizados e em massa, que produzem indicadores (distorcidos) sobre a realidade educacional. Apesar de Nussbaum focar suas discussões e exemplos na realidade estadunidense e indiana, é notável que tal perspectiva também acontece no território brasileiro.

Na medida em que os testes padronizados se tornam a norma por meio da qual as escolas são medidas, é provável que os aspectos socráticos, tanto do currículo como da pedagogia, sejam deixados para trás. [...] Na medida em que o foco do currículo seja a riqueza pessoal ou nacional, é provável que as capacidades socráticas não se desenvolvam (NUSSBAUM, 2015, p. 48).

A postura socrática também contribui no enfrentamento dos poderes exercidos pela autoridade e pela pressão dos iguais. Adotando-a, o que vale em uma discussão é a natureza da argumentação, desvalendo critérios como classe, fama ou prestígio. A autora usa um exemplo de um jovem universitário que teve contribuição das ciências humanas em sua formação. A última etapa do curso de filosofia fez com que ele (e os demais colegas) examinasse debates sobre assuntos contemporâneos: o rapaz, então, deveria argumentar contra a pena de morte (mesmo que sua posição fosse oposta). O resultado foi que

[...] hoje ele está mais inclinado a respeitar a posição contrária e a querer conhecer argumentos de ambos os lados e o que os dois lados podem compartilhar, em vez de considerar a discussão simplesmente como uma maneira de se vangloriar e de fazer declarações. É possível perceber como isso humaniza o “outro” político, fazendo a mente perceber o opositor como um ser racional que pode compartilhar ao menos algumas ideias com o próprio grupo da pessoa (NUSSBAUM, 2015, p. 52).

No capítulo Cidadãos do Mundo, Martha Nussbaum convida o leitor a refletir sobre o papel das escolas e universidades no desenvolvimento da capacidade de se perceber como membro de uma nação e de um mundo heterogêneo: para além da diferença, ela sugere a compreensão da interconexão das culturas, provocando-nos a refletir sobre respeito, compreensão e valorização da diversidade. Como nos demais capítulos, os exemplos teóricos e de prática realizados por Dewey (nos Estados Unidos) e Tagore (na Índia) mostram-se presentes.

No penúltimo capítulo, Cultivar a imaginação: a literatura e as artes, a escritora norte-americana adverte que, se quisermos ofertar uma educação democrática, devemos reservar um lugar no currículo para as artes e humanidades. É especialmente através delas que se torna possível aprimorar a imaginação narrativa (conceito proposto pela própria Nussbaum). Para a autora, isso significa ter a capacidade de colocar-se no lugar do outro, “[...] de ser um intérprete inteligente da história dessa pessoa e de compreender as emoções, os anseios e os desejos que alguém naquela situação pode ter” (p. 95-96). É também nessa seção que Nussbaum apresenta e justifica a necessidade do brincar na infância, bem como o relevante papel da literatura, dança, música e belas-artes para a expressão da criatividade, por exemplo. Sem dúvida, através da minha prática docente, percebo os reflexos da literatura no que diz respeito à sensibilização dos jovens com relação à temas complexos e decisivos para a manutenção de uma democracia. Um discurso sobre as atrocidades contra o povo

afrodescendente presentes em boa parte da (quicá em toda) história do nosso país não tem o mesmo impacto que a experiência da leitura do conto Pai contra mãe, de Machado de Assis, por exemplo. É através da arte que nós, mulheres ou homens, de diversas etnias, nos damos por conta que o direito de Arminda ter seu filho foi tirado por um “simples” fato: ser negra.

Depois de explorar brevemente as possibilidades de construção de uma educação em e para a democracia, apresento um quadro síntese que relaciona os objetivos, apontados pela autora, a serem alcançados, a conexão destes com as competências propostas pelo modelo de desenvolvimento humano e uma possível reposta sobre como estes podem ser alcançados.

**Quadro 1** - Síntese da obra de Nussbaum (objetivos e a conexão destes com o Modelo de desenvolvimento Humano)

<b>Objetivos a serem alcançados pela escola a fim de criar cidadãos em e para uma democracia saudável</b>	<b>Conexão com as competências propostas pelo Modelo de Desenvolvimento Humano</b>	<b>Como este objetivo pode ser atingido?</b>
Desenvolver a capacidade de ver o mundo do ponto de vista dos outros, especialmente daqueles cujas sociedades tendem a retratar como inferiores e como “meros objetos”.	Capacidade de alteridade, empatia e respeito à diversidade	Através do cultivo da imaginação, utilizando a literatura e as artes
Ensinar posturas com relação à fragilidade e a importância humanas que sugiram que a fragilidade não é algo vergonhoso e que precisar dos outros não significa ser fraco; ensinar as crianças a não ter vergonha da carência e da incompletude, mas que as percebam como oportunidades de cooperação e de reciprocidade.	Capacidade de alteridade, empatia e respeito à diversidade	Através do cultivo da imaginação, utilizando a literatura e as artes
Desenvolver a capacidade de se preocupar genuinamente com os outros, tanto com os que estão próximos, como com os que estão distantes.	Capacidade de alteridade, empatia e respeito à diversidade	Através do cultivo da imaginação, utilizando a literatura e as artes
Combater a tendência de evitar os diversos tipos de minoria manifestando asco e considerando-os “inferiores” e “contaminantes”	Capacidade de alteridade, empatia e respeito à diversidade	Através de uma cultura de cidadãos do mundo
Ensinar coisas reais e verdadeiras a respeito de outros grupos (minorias raciais, religiosas e sexuais; pessoas com deficiência), de modo a conter os estereótipos e o nojo que muitas vezes os acompanha.	Capacidade de análise crítica e reflexiva	Através de uma cultura de cidadãos do mundo
Promover o sentimento de responsabilidade, tratando cada criança como um agente responsável.	Capacidade de análise crítica e reflexiva	Através da pedagogia sócrática
Promover ativamente o raciocínio crítico, a competência e a coragem que ele exige para manifestar uma opinião discordante.	Capacidade de análise crítica e reflexiva	Através da pedagogia sócrática

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Por fim, Nussbaum conclui que a educação para a cidadania democrática vai mal no mundo contemporâneo. A autora convida (apesar de alertar para o cenário de ameaças à democracia) os pesquisadores e profissionais da educação a redobram o compromisso com os elementos capazes de manter a vitalidade do regime democrático. E como se não houvesse mais nenhuma necessidade de argumentação (porque, a essas alturas, o leitor sente-se convencido e revitalizado com tamanha profundidade de reflexão e pelo prazer da leitura), Martha Nussbaum apela:

Se não insistirmos na importância crucial das humanidades e das artes, elas vão desaparecer gradativamente porque não dão lucro. Elas só fazem o que é muito mais precioso do que isso: criam um mundo no qual vale a pena viver, pessoas que são capazes de enxergar os outros seres humanos como pessoas completas, com opiniões e sentimentos próprios que merecem respeito e compreensão, e nações que são capazes de superar o medo e há desconfiança em prol de um debate gratificante e sensato (NUSSBAUM, 2015, p. 143-144).

### NOTAS

1 Not for profit: why democracy needs the humanities (título original).

2 O artigo tem tradução para o português e está disponível no link: <https://revistas.ufjr.br/index.php/Redescricoes/article/view/14390>

### REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Pai Contra Mãe**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São. Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

**Recebido:** 31 jul. 2020

**Aprovado:** 26 nov. 2021

**DOI:** 10.3895/rtr.v6n0.12907

**Como Citar:** TREVISAN, S. Resenha: NUSSBAUM, Martha C. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 6, e2112907, p. 1-6, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Suzana Trevisan  
suzana.trevisan@gmail.com

**Direito Autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

